

As boas novas do hip hop: a negritude encontrada

ARTIGO

Veluma Martins da Encarnaçãoⁱ 

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

O movimento hip hop é uma das culturas mais acessadas por pessoas majoritariamente negras e periféricas e traz para essas pessoas uma possibilidade outra que não a subalternidade, a morte física e a existencial. Por ter essa essência emancipatória, enquanto movimento cultural, sofre constantemente ataques e perseguições orquestradas, a fim de deslegitimar o poder transformador que exerce na vida de jovens periféricos. Em diálogo com importantes autores como Aimé Césaire, Clóvis Moura e Aníbal Quijano, buscaremos neste trabalho analisar o hip hop como um movimento cultural historicamente diaspórico, que atua positivando existências negras e periféricas a partir da negritude como valor.

Palavras-chave: Hip hop. Negritude. Resistência cultural. Colonialidade. Diáspora.

The gospel of hip hop: a re-encounter with *negritude*

Abstract

The hip hop movement is one of the cultures most widely embraced by predominantly Black and peripheral communities, offering them an alternative possibility beyond subalternity, physical death, and existential erasure. Due to this emancipatory essence, as a cultural movement it constantly faces orchestrated attacks and systematic persecution aimed at delegitimizing the transformative power it exerts in the lives of peripheral youth. In dialogue with important authors such as Aimé Césaire, Clóvis Moura, and Aníbal Quijano, this work seeks to analyze hip hop as a historically diasporic cultural movement that affirms Black and peripheral existences through Negritude as a core value.

Keywords: Hip hop. Negritude. Cultural Resistance. Colonialism. Diaspora.

1 Introdução

O Brasil é um país independente, democrático e capitalista. Podemos afirmar que não estamos mais no período colonial português; porém, as marcas da colonização permanecem engendradas em nossa sociedade. A colonização como sistema político e econômico, em que uma nação está sob o poder de outra satisfazendo os interesses econômicos da Europa, pode ter tido seu fim; a colonialidade, isto é, os resquícios da época colonial, permanece. A falsa “descoberta” das Américas dividiu o mundo em raças:

negros, mestiços, asiáticos, azeitonados, brancos (Quijano, 2005). Os povos colonizados receberam, então, a definição feita pelos “vencedores”, detentores de poder entendidos como superiores em conhecimento e cultura diante dos outros, inferiores e, por isso, subalternos, indignos de serem tratados com humanidade.

O processo de coisificação se deu na relação de submissão e violência da colonização. Sem contato humano, o colonizador, no lugar de capataz, e o colonizado, como instrumento de produção, eram mera coisa, objeto à disposição do senhor (Césaire, 2020). O negro foi, então, na hierarquização racial, colocado como inferior e, por isso, passível de ser escravizado. Vazio de sua humanidade, em tempos de escravização, era tratado como mercadoria, virava propriedade privada do senhor branco. Sabemos que essa divisão do trabalho e de classe foi pautada pela racialização. No sistema atual do capitalismo, essa classificação racial permanece central na sociedade: o antigo colonizador branco, hoje, ocupa os melhores trabalhos; os antes colonizados, negros e indígena, ocupam os trabalhos menos remunerados, considerados braçais e não assalariados. Aqueles considerados minoria na sociedade, destaque neste artigo a população negra, apesar da mudança do Brasil Colonial para a Nova República, continuam sendo explorados.

O trabalho, as relações sociais, de poder, de conhecimento seguem atravessados pela ideia de raça constituída no período Colonial. Destacarei aqui a colonialidade do ser (Maldonado-Torres, 2022), que está intrinsecamente relacionada à naturalização de eventos de guerra. Para as pessoas marcadas pela colonialidade no corpo, a morte e a violência são realidades diárias. O corpo colonial não é visto como um ser; é invisível a direitos enquanto humano, visto como objeto, alvo a ser eliminado. Vive, então, em constante estado de guerra, condenado a morrer antes do tempo. Diante dessa realidade, o corpo colonial negro reage contra a negação de sua humanidade com um grito que busca atenção para a sua existência.

Sabemos que são direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos

desamparados; porém, a realidade vivida diariamente por essa população sinaliza a ausência da proteção desses direitos inerentes a qualquer indivíduo em terra brasileira. De acordo com Wallerstein (1993), com a ausência de fé no Estado para resolver as grandes rachaduras da sociedade, há a auto-organização em grupos. Em busca de formas possíveis de existência, os grupos minoritários, socialmente, recorrem ao agrupamento. Foi assim com os negros em tempos de escravização, por meio dos quilombos, e assim permanece atualmente. O movimento hip hop pode ser considerado um desses movimentos grupais que se iniciam com a união dos iguais como uma alternativa de luta pela vida.

Em um primeiro momento, este estudo buscou apresentar o contexto da colonialidade e o lugar central da questão racial brasileira. Em seguida, propomos uma reflexão sobre o movimento hip hop como uma expressão cultural negra e periférica, que surge como uma força da diáspora, uma alternativa coletiva diante de uma história de escassez, com poder social e existencial para seus participantes negros e marginalizados. Por meio de rimas, reportagens e do embasamento teórico de autores como Aimé Césaire, Clóvis Moura e Aníbal Quijano, argumentamos que o hip hop promove a valorização da negritude, corroborando a formação de identidades críticas e conscientes e que, por possuir esse potencial transformador para os jovens periféricos, é um movimento político-cultural constantemente alvo de tentativas de criminalização.

2 Na força do Hip hop: a reinvenção do ser negro

A criação do movimento hip hop está diretamente relacionada ao Atlântico Negro: a viagem forçada de pessoas negras para diferentes continentes do mundo. A diáspora negra convive de perto com a violência física e mental e, por isso, tem de encontrar frestas no caos para se manter viva física e existencialmente. A arte, no contexto da escravização, tinha relação direta com a vida; era a única forma de expressar necessidades e desejos de maneira livre (Gilroy, 2001). É importante destacar que a cultura dos escravizados negros não era valorizada pelos senhores, entendida como menor, sem valor e exótica.

Por exemplo, a capoeira, em que povos negros aperfeiçoavam suas técnicas de luta, era interpretada somente como dança; o griot, cultura oral de contar histórias que servia como preservação cultural, era visto como uma forma de passar o tempo dos escravizados, evitando, assim, rebeliões políticas. Com o passar do tempo, a cultura dos negros começou a ser vista como uma possível ameaça à ordem social branca e, por isso, é constantemente alvo de deslegitimação e criminalização.

Historicamente, negros foram colocados na categoria de passivos, incapazes de ser agentes com uma história intelectual ou de criação. Um dos movimentos culturais que mais crescem em todo o mundo é fruto desse povo. O movimento hip hop surge como resposta da diáspora ao capitalismo. Na década de 1970, no Bronx, subúrbio de Nova York, sem as mínimas condições básicas de vida, a população negra e latina se via na necessidade de lutar diariamente pelo pouco, recorrendo a gangues para a sobrevivência diária. A tomada de consciência da realidade de um povo do mesmo lugar, atravessado pelas mesmas opressões e dificuldades e que agia alimentando a própria morte, pôde se organizar coletivamente, não mais em gangues, e sim em prol de auxílio às melhores condições de vida de negros e latinos. A saída encontrada foi a transformação das gangues em organizações. Em pouco tempo, o território antes marcado por lutas físicas servia de palco para DJs e batalhas artísticas. Mais tarde, as festas se organizaram em um movimento cultural do hip hop.

Colocando o olhar mais no movimento construído em solo brasileiro, o hip hop aparece como uma cultura que inicialmente se organiza em torno de associações em favelas e lugares periféricos, como uma possibilidade de fuga da violência diária pelo trabalho comunitário, por meio da música, dança e pintura. Com sua centralidade de encontros em praças e locais abertos em que o povo negro era maioria, havendo, assim, uma maior facilidade de troca entre os pares, constituindo uma alternativa ao racismo vivenciado diariamente em outros ambientes (Teperman, 2015). É importante fazer a conceituação do termo hip hop para esclarecer do que falaremos neste artigo. De acordo com Schloss (2009), o primeiro significado atribuído se refere às diferentes formas de arte (visual, musical e corporal) como uma experiência de cultura viva e compartilhada no

coletivo, não necessariamente atrelada à mídia. No Brasil, podemos considerar locais como as rodas culturais e batalhas de rima. O segundo se refere ao gênero musical rap como um produto, diretamente atrelado à indústria musical, seja mainstream ou underground, e o terceiro conceito está atrelado à atitude, uma forma de generalização de um corpo periférico e negro, a qual ocorre, em grande parte, de forma pejorativa.

A definição de raça, desde o seu surgimento, não teve participação do negro, que esteve passível somente à determinação e caracterização externas, do outro branco. Já entendemos que a colonização atuou na destruição da memória de um povo. As referências do que é ser negro em terras brasileiras foram montadas com base na história de violência, atrelada ao olhar eurocêntrico depreciativo. Não havendo espaço para se construir um ser negro singular, a identidade lhe foi negada, pois o passado foi apagado e escrito pelas mãos de outros; o negro, assim, ficou desenraizado. É o que Veiga (2019) chama de “efeito diáspora”, a sensação de não se sentir acolhido e incluído nas dinâmicas sociais sem estar na posição de subalternidade. É necessário, então, recuperar o passado para que o negro possa se encontrar ontologicamente. Para Césaire (2010), o protagonismo e a autonomia do negro somente se dariam a partir do momento em que ele assumisse a raça tanto nas questões culturais quanto nas políticas; ignorá-la não é uma opção. Pautar que “somos todos iguais” é não confrontar um problema existente há séculos. A negritude surge, então, como reação antirracista, a partir da desalienação do negro, em uma reivindicação coletiva que visa à mudança social. Consideramos, então, que o movimento hip hop contribui, por meio da construção coletiva, para o resgate de identidades negras: a reconstrução do que é ser negro não mais feita por outro, e sim pelos próprios, isto é, o encontro com a negritude.

[...] Não pode permanecer na condição de objeto e de aceitação passiva, desemboca em revolta, transformando a solidariedade e fraternidade em armas de combate. A negritude torna-se uma convocação permanente de todos os herdeiros dessa condição para se engajarem no combate para reabilitar os valores de suas civilizações destruídas e de suas culturas negadas [...] faz parte do processo de resgate de sua identidade coletiva. (Munanga, 2009, p. 15)

Quando tratamos da negritude, consideramos que os negros, por toda a história de subalternidade, possuem problemas específicos e precisam dar conta deles por eles mesmos: alienação do seu corpo, da sua cor, cultura e história. É preciso tomar consciência desses problemas em busca da construção de seu ser, e essa, de acordo com Munanga (2009), é como uma terapia de grupo: eliminando seu complexo de inferioridade, pode, então, se colocar “em pé de igualdade com os outros oprimidos, o que é uma condição preliminar para uma luta coletiva.” (p. 14) A aceitação da marca da negritude no seu corpo é o começo para a recuperação do ser negro. No movimento hip hop, a estética, a cor, o cabelo e as roupas sempre tiveram papel importante na cultura. É normalmente daí que a negritude começa a ser recuperada, antes de atingir atributos intelectuais, morais e psicológicos.

A fim de entender o movimento cultural hip hop, que se organiza por meio da coletividade, partiremos dos conceitos de grupos de Clovis Moura (2019). Para o autor, o grupo diferenciado é aquele identificado por uma marca que lhe é atribuída pelo outro hegemônico; suas diferenças, então, são avaliadas de acordo com os valores da sociedade de classes. O grupo, nessa posição, é tratado como mero objeto, sem interiorização e conteúdo. O povo negro possui uma marca diferenciadora na sociedade brasileira que é atribuída à inferioridade; a partir daí, são criados estereótipos negativos para afirmar essa ideia, como uma suposta feiura, ausência de inteligência e propensão ao crime, entre outros. Como é visto como um objeto, todos são tratados como um bloco uniforme, sem singularidade; há, então, uma padronização de comportamento do grupo oprimido e marginalizado. Já o grupo específico, diferente do anterior, possui interioridade, pois ocorre quando os membros do próprio grupo conseguem se ver como diferenciados pela sociedade global, pelos demais que não possuem a mesma marca. Adquirindo, assim, consciência dessa diferença, há uma reelaboração da marca diferenciadora em positiva.

Podemos considerar que o movimento hip hop cultural, inicialmente, se apresenta como um grupo específico a partir do momento em que se entende que seus participantes, maioritariamente negros, são tratados de forma diferente na sociedade e, por isso, se faz

necessário um lugar de acolhimento, de possibilidade de ser existencialmente. Para não se marginalizar totalmente diante de uma sociedade capitalista que somente afirma positivamente o branco, o negro se agrupa para defender sua condição humana. Nesse grupo, o negro não é a minoria; sua marca diferenciadora não denota inferioridade; sua beleza é exaltada em sua diversidade; seus conhecimentos, habilidades e voz têm importância. É um movimento que tem a negritude como valor. Ao considerar os rappers como intelectuais específicos, Cannavô et al. (2025, p. 15) destaca:

Eles visam tensionar a norma e subvertê-la, produzindo, assim, insurgência a partir da possibilidade de desconstrução, implicando na ressignificação das pautas sociais representadas nas músicas, como a reapropriação do termo “negro”, que é desvinculado da conotação negativa, atribuindo-lhe pertencimento étnico e sentido de beleza e orgulho.

Como já citado anteriormente, quando falamos “hip hop”, há diferentes conceitos. O movimento hip hop ainda não totalmente atrelado à indústria cultural pode ser identificado, mais facilmente, como grupo específico. Na indústria musical, principalmente a mainstream, ocorre um processo de integração, uma abertura do movimento para penetrar na sociedade de classes, por exemplo, com raps menos politizados, com viés de entretenimento, sendo, assim, mais aceitos e ouvidos por diferentes grupos sociais. Essa é uma questão complexa, que não será profundamente abordada neste artigo, mas é importante pontuar que, historicamente, o movimento hip hop assume um papel social diante das questões relevantes para os grupos minoritários, e a possibilidade de essa realidade ser modificada é frequentemente debatida no próprio movimento.

Destaco que o movimento hip hop é majoritariamente constituído por pessoas negras, porém não de maneira exclusiva. A presença de participantes plurais, com singularidades, é fundamental para o fortalecimento e avanço do movimento cultural. Essa diversidade contribui para a construção de um espaço coletivo em que as experiências conversam e se complementam. No movimento cultural hip hop, que se apresenta como uma ferramenta de expressão e de resistência, ocorre um processo constante de aprendizado mútuo que visa à transformação das relações sociais. Como destaca

Encarnação (2024, p. 115), há algo que se constrói coletivamente entre esses participantes que “visa uma sociabilidade inclusiva e, por meio dos seus princípios de respeito, as pessoas tratadas como minorias na nossa sociedade, os negros, as mulheres, deficientes e LGBTQIAPN+ conseguem formar sujeitos com consciência crítica”.

As batalhas de rimas, que costumam ocorrer semanalmente em praças públicas de diferentes estados do Brasil, possuem potencial social, educativo e político. Esses encontros funcionam como arenas de expressão, afirmação de si e construção coletiva de saberes. É por meio da improvisação que os rimadores conseguem traduzir suas vivências, felicidades, angústias e críticas, disseminando o conhecimento e auxiliando a desenvolver a consciência crítica de quem os escuta. Trago, como exemplo, uma rima improvisada pelo Gomes, MC de Brasília, durante uma disputa na Batalha da Juventude, em São Paulo:

Meu melhor amigo morreu quando eu tinha 12 anos, tomou 5 tiros dentro da cara, você sabe bem do Distrito Federal, Mateusinho lá da Samambaia, usava crack, vendia pó, usava maconha e também cocaína, sabe a maior dó da minha vida? Ele não ter conhecido as batalhas de rima. (Gomes)

A realidade das periferias brasileiras não é muito diferente daquela vivida no Bronx em 1970. Diante da escassez de oportunidades, muitos jovens são engolidos pelas opressões e dificuldades que enfrentam todos os dias. O movimento hip hop aparece, para alguns, como uma possibilidade outra. Foi assim para Gomes, que lamenta não ter podido apresentar esse coletivo a um amigo que precisava dessa saída cultural. Rimadas usadas como instrumento de elaboração do luto, crítica social e valorização do poder transformador do movimento hip hop.

Para além da disseminação de informação, o movimento cultural pode ser um lugar de autoconhecimento ou até mesmo de formação de identidade, como já destacamos ao longo deste artigo: o encontro com a negritude. Ao se deparar com um igual – alguém que carrega em si traços semelhantes de história, cultura e luta –, é possível se reconhecer no outro e em suas potencialidades, que podem ser desenvolvidas em si mesmo. É um processo poderoso que rompe com as narrativas coloniais de inferiorização dos corpos

negros. Doprê, MC de Guarulhos, destaca, na Batalha da Linear, em São Paulo, a importância do seu adversário Jotapê nessa jornada de encontro com a sua negritude:

Se pá, cê nem sabe, mas cê que me ensinou a ser preto, um dia esse cara chegou pra mim e falou – aí neguinho, deixa eu armar seu cabelo? falei – será que vai ficar bom? Ele – acredita – armou assim ó – olha lá no espelho – eu olhei: amor à primeira vista. (Doprê)

Um momento simples que marca o início de uma nova relação consigo mesmo, mediada pelo olhar e cuidado de outro semelhante. Não é somente sobre a estética, e sim sobre uma reconexão consigo, que havia se perdido em um passado marcado pela colonialidade. O hip hop, nesse sentido, funciona como um espaço de reeducação emocional e simbólica, em que a negritude possui valor e ganha centralidade, possibilitando o surgimento de sujeitos conscientes.

3 Hip hop na mira: o combate à voz da periferia

O movimento hip hop tem poder transformador. Para algumas pessoas, o primeiro contato com a cultura ocorre por meio de um rap tocado no rádio, na TV, nas mídias sociais ou no streaming. O discurso das letras de rap, que narra o cotidiano periférico, suscita forte identificação no ouvinte que vive a mesma realidade. Outros podem conhecer mais profundamente a cultura por meio de uma roda cultural ou batalha de rima no seu bairro. Seja pela indústria musical, seja pelo movimento de rua, ver pessoas negras e periféricas que falam as mesmas gírias, vêm do mesmo lugar e passam por questões sociais e raciais similares auxilia na diluição do sentimento de desterro, surgindo, no horizonte, a possibilidade de ter um lugar para si no mundo, de ser outro que não a sombra pintada pelo branco. Ao passo que, internamente, no coletivo do hip hop, pode-se encontrar essa força necessária para ser; fora dele, o terceiro conceito (Schloss, 2009) aparece: pessoas que atrelam o ser agressivo, sem educação e instrução à imagem de um jovem negro de roupas largas que escuta Racionais ou, em uma realidade mais atual, de um jovem com cordões de ouro e blusas de time que escuta Orochi ou Poze do Rodo.

Em 2023, como comemoração aos 50 anos do hip hop, um grande movimento foi organizado em diversos estados do Brasil para o reconhecimento do hip hop como patrimônio cultural. Eventos abertos ao público nas câmaras de vereadores ocorreram, fato que não foi visto com bons olhos por determinados parlamentares. Um caso chama atenção: em Curitiba, um vereador do Partido Progressistas (PP), durante votação para reconhecer o hip hop como patrimônio imaterial do Paraná, relaciona o movimento cultural à bandidagem:

[...] eu questiono a moralidade disso, uma vez que esse negócio de hip hop, eu diria que é uma péssima influência para os nossos jovens e tem raízes, tem uma história diretamente ligada a bandidagem [...] Pra que serve o hip hop? Para ensinar aos nossos jovens, dizer aos nossos jovens que o crime compensa, é a cultura da glorificação da miséria, a ostentação das coisas mais vis, sexista, é tudo o que há de pior, e nós ainda temos um subgênero do hip hop que é o funk carioca, que trata as mulheres como cadelas, então hip hop é isso¹

A cultura hip hop de rua enfrenta constantemente as dificuldades de realização de um movimento cultural em praças públicas. O conflito com as ferramentas do Estado, como a polícia e guardas, é frequente. É importante destacar a dificuldade de apontar dados quantitativos para esse tipo de realidade. Por se tratar de uma cultura realizada na rua, em sua grande maioria semanalmente, as organizações de batalhas de rima e rodas culturais não costumam fazer ampla divulgação dos ocorridos, pela recorrência e com possível chance de represálias. Somente em situações que fogem do controle, da violência simbólica já naturalizada, é que reportagens são acionadas e MCs e organizadores usam suas mídias sociais para relatar o ocorrido. No dia 5 de maio de 2022, a ação policial em Cabo Frio/RJ gerou grande revolta interna do movimento e chegou a ser noticiada em mídias tradicionais, uma ação truculenta que virou alvo do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. A Batalha do Mantém, localizada na comunidade Manoel Corrêa, foi interrompida a tiros por policiais, que destruíram caixas de som e causaram correria de jovens e crianças presentes na praça. De acordo com matéria da Folha de S.Paulo “[...] um dos policiais disse que, se alguém resistisse, ele atiraria na

¹ Câmara Municipal de Curitiba. Sessão Ordinária - 25/04/2023. Youtube, 25 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/9LSK5d2Jb5A?si=UaDi3S1uej8AitWf>. Acesso em: 2 maio 2025.

cabeça, que rap é coisa de vagabundo e que cultura é na escola, até as 18h”². Em Londrina, no Paraná, a Batalha da Leste foi mais um alvo em 20 de agosto de 2023: em uma praça com cerca de 500 jovens, um grupo de policiais abordou os participantes com empurrões, xingamentos e ameaças³. A Batalha da Aldeia, considerada hoje a maior batalha de rima do Brasil, sofre represálias pelo menos uma vez a cada ano para se retirar da Praça dos Estudantes, em Barueri. Bob 13, um dos organizadores, destaca:

A gente não tem investimento público [...] a gente se apropriou das praças porque as praças são feitas pra isso, tivemos várias mudanças dentro dessa história de 8 anos, tivemos que abaixar a cabeça muitas vezes, sofremos sim repressão policial, opressão, fomos convidados a sair de lá várias vezes, mas, nós sempre tivemos nossa força, que é o povo, que é a internet, que são as pessoas que enxergam a gente de uma forma positiva e nos ajudam.

Seja pela violência simbólica – que, nesse caso, impossibilita que negros e pessoas periféricas tenham acesso à cultura sem passar por deslegitimação ou inferiorização – ou pela violência física, que agride jovens e crianças por ocuparem um movimento cultural, o grupo dominante se apoia na hegemonia que possui das instituições públicas e privadas, usando, assim, o poder para impor à sociedade regras, normas e culturas que podem, a partir dessas, dificultar a ascensão de minorias como negros, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. Qualquer movimentação, então, que vise ao avanço de uma cultura periférica, de uma população que ainda se encontra à margem da sociedade, é tratada por alguns como ultraje.

O movimento de deslegitimação e criminalização da cultura periférica está diretamente ligado ao racismo e ao classismo. Porém, neste trabalho, destaco que o movimento hip hop possui um poder de transformação do ser negro e periférico, e isso o caracteriza como ameaça para os mesmos grupos que são, há séculos, hegemônicos na sociedade brasileira, por ter a população que historicamente foi colocada como inferior

² Policiais interrompem a batalha de rap com crianças e adolescentes no RJ. Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://folha.com.br/cnai2ymp>. Acesso em: 2 maio 2025.

³ Grupo de batalhas de rima aponta abordagem agressiva da polícia. Folha de Londrina, 2023. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/grupo-de-batalhas-de-rima-aponta-abordagem-agressiva-da-policia-3239210e.html?d=1>. Acesso em: 2 ago. 2025.

enfim conhecendo sua história, seus opressores e seu potencial de luta. O grupo hegemônico vai fazer o que for preciso, por meio das armas que tem – poder institucional, econômico, ideológico –, para proteger seu lugar no topo.

Clóvis Moura (2021, p. 27) pontua que “[...] quando se fala do negro brasileiro costuma-se dizer que ele foi ótimo escravo e, atualmente, é péssimo cidadão”. Essa ideia está atrelada à visão do branco: o ótimo escravo era o que não se rebelava, não fugia para os quilombos, não protestava, aceitava os castigos, submetia-se socialmente, ideologicamente e psicologicamente aos padrões dos senhores. O péssimo cidadão – ideia construída em cima do negro contemporâneo – diz respeito ao negro livre que se conscientiza sobre o seu lugar na sociedade, sobre as barreiras que precisará enfrentar e que se revolta individualmente ou em coletivo. O negro considerado mau cidadão é o que se nega a ser objeto de puro divertimento ou servidão. É aquele que, de alguma forma, procura encontrar saída, participando de “movimentos projetivos” (p. 29). O negro do movimento hip hop é taxado, então, como o “péssimo cidadão”, com voz para exclamar sua realidade, tendo possibilidade de alcançar ascensão social a partir de um movimento projetivo que lança demandas e questões sociais e raciais para diferentes momentos e lugares.

4 Considerações finais

O direito à cultura, especialmente quando se refere às manifestações das populações negras e periféricas, permanece em constante disputa no Brasil. Tal direito, na prática negado, exige permanente defesa, argumentação e legitimação diante de olhares que ainda consideram determinadas expressões culturais como “menores”, exóticas, violentas ou indignas de reconhecimento. Foi assim ao longo da história brasileira: a desqualificação de movimentos culturais com vivências e resistências negras, como o samba nas décadas iniciais do século XX, os clubes recreativos negros e as religiões de matriz africana foram – e muitas vezes ainda são – alvo de perseguições, estigmatizações e processos de criminalização.

Essa é uma realidade que se reproduz atualmente por meio da marginalização de organizações culturais negras, como o funk e o hip hop, que, embora ocupem espaços relevantes na indústria cultural contemporânea, seguem sendo alvos de preconceito, repressão e tentativas de silenciamento. Tais manifestações não apenas representam formas de entretenimento ou lazer, mas também constituem veículos de organização em comunidade, denúncia social e resgate singular, especialmente entre a juventude negra e periférica. Ir em direção à deslegitimação do movimento hip hop é tentar calar quem a sociedade sempre se recusou a ouvir.

O movimento hip hop avança e, pela força de seu povo, ocupa espaços onde o Estado historicamente se faz ausente – espaços de educação, cultura e lazer –, e o Estado comparece quase sempre sob a face da repressão, da violência e da morte. Vivenciado majoritariamente por uma população negra e periférica, que é contornada pelas barreiras impostas pelo racismo, o hip hop se transforma em ferramenta de afirmação, construção de subjetividades e fortalecimento coletivo, para além desse contorno.

O corpo colonial é um não ser marcado pela invisibilidade no que tange aos seus direitos como ser e pela excessiva visibilidade quanto à violência e à mortandade. Podemos considerar que o movimento hip hop é um lugar que permite que o corpo colonial possa, por meio do encontro com o outro, questione o papel da colonialidade. Esse movimento não busca somente o reconhecimento como ser, mas também o seu papel de criador de conhecimento e de outras possibilidades.

Nesse contexto, o hip hop atua como um campo de resistência simbólica e material, onde a produção artística torna-se também produção de conhecimento e luta. Ao criar esses espaços de voz e visibilidade, o movimento permite que corpos historicamente subalternizados possam respirar, existir e projetar futuros possíveis, mesmo em meio à escassez. Assim, o hip hop não apenas denuncia as estruturas, mas propõe outras formas de ser, estar e resistir no mundo, diferentes daquelas pautadas pelo ser hegemônico branco.

Referências

BOB 13 expõe o preconceito e repressão enfrentados pela Batalha da Aldeia ao longo dos anos. 17 set. 2024. 1 vídeo (4 min 45 s). Publicado pelo canal Provoca. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rioMAAsS7wY&t=139s>. Acesso em: 2 ago. 2025.

CANNAVÔ, Vinícius Barbosa; HABOWSKI, Adilson Cristiano; GALIZA, Edmar. Pedagogias do *rap*: o *rap* como possibilidade de pluralização pedagógica. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 7, e14538, 2025. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/14538>. Acesso em: 6 jun. 2025.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a negritude**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

ENCARNAÇÃO, Veluma Martins da. **Racismo no mundo compartilhado do movimento Hip hop: entre o grito e a mordada do capital**. 2024. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2024.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre a colonialidade do ser**: contribuições para o desenvolvimento de um conceito. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

MOURA, Clóvis. **O negro, de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Dandara, 2021.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SCHLOSS, Joseph. **Foundation**: b-boys, b-girls, and Hip-hop culture in New York. Nova York: Oxford University Press, 2009.

TEPERMAN, Ricardo. **Se liga no som**: As transformações do Rap no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

VEIGA, Lucas. **Descolonizando a psicologia**: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, p. 244-248, 4 set. 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. Encontros: 1492 e depois; Descobertas: 1992 e antes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, 1993.

ⁱ **Veluma Martins da Encarnação**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2784-2943>

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação de Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Faperj).

Contribuição de autoria: problematização, conceituação, metodologia, análise e escrita.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2238575960340978>

E-mail: psivelumartins@gmail.com

Editora responsável: Genifer Andrade

Especialista *ad hoc*: Graziela Ninck Dias Menezes e Jeruza Santos Nobre.

Como citar este artigo (ABNT):

ENCARNAÇÃO, Veluma Martins da. As Boas Novas do Hip Hop: A negritude encontrada. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 8, e15650, 2026. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/15650>

Recebido em 23 de junho de 2025.
Aceito em 11 de agosto de 2025.
Publicado em 01 de janeiro de 2026.